



Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, de 05 de agosto de 2020, de acordo com a Lei nº 635/97, regulamentada pelo Decreto nº 218/97, alterado pelo Decreto nº 449/16.

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às 16h15min, os membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR do poder público e da Sociedade Civil, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Turismo – SETUR, localizada na Av. Dr. Arthur Costa Filho, 25 – Centro, na cidade de Caraguatuba, no estado de São Paulo, com o fim de discutir e resolver diversos assuntos. Iniciados os trabalhos, a Presidente do Conselho, senhora Sandra Abril, abre a reunião. O assunto em pauta: Obras no município, Turismo de um dia e as fiscalizações, novas cadeira do Comtur para aprovação. Sr^a. Sandra abre a reunião apresentando o Sr. Reinaldo Cabral, fiscal da Secretaria de Urbanismo, que veio representar o Secretário Sr. Weber. Passa a palavra ao convidado Sr. Leandro Borella, Secretário de Obras, que inicia dizendo que a pedido da Secretária Adjunta de Turismo Sra. Maria Fernanda, vem explanar sobre as obras turísticas da cidade, principalmente as aprovadas pelo Comtur e obras que receberam verbas do DADE-Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. Informa que estão em andamento sete obras com verbas do DADE. Cita a infraestrutura e trilha de acesso a Pedra da Freira e Pedra do Jacaré. Antes de prosseguir, informa que devido à pandemia, tiveram algumas dificuldades com todos os convênios junto ao Governo Estadual, pois vários departamentos ficaram sem trabalhar e quando estavam funcionando, faltavam os funcionários que cuidavam diretamente destes convênios e que por conta disso, atrasaram todos os projetos em andamento. Cita inclusive o convênio com a Fehidro que agora está retornando ao trabalho e que por este motivo acabou atrasando também a obra de drenagem nos bairros Pontal Santa Marina e Jardim Britânia e que agora está em andamento. Disse que é importante frisar que há uns dez anos atrás mais ou menos os convênios do DADE funcionavam da seguinte forma: elaborava o projeto, exemplo, uma praça no valor de um milhão, enviava para o DADE e aprovava e que nessa época não tinha a aprovação do Comtur e agora tem e é muito importante, pois as obras eram feitas e por muitas vezes não era de interesse turístico. Naquela época o DADE aprovava e a verba era enviada para a conta da Prefeitura e a mesma executava a obra e após terminar encaminhavam a prestação de contas. Informa que hoje não é mais assim que funciona, pois alguns lugares não cumpriram, ou não executou ou o fez de forma irregular e por conta disso, hoje o DADE é mais ou menos como a Caixa Econômica Federal, ou seja,



muito burocrático. Eles liberam uma parcela de 20% (vinte por cento), com isso inicia a obra, após, envia a medição e uma equipe vai até o local e analisam. Verificando a execução do projeto, liberam mais uma parcela para dar o andamento. Dessa forma, acaba atrasando as obras. Quando se trata de uma empresa grande, a obra não para, pois a mesma tem condições de executar o projeto e receber a verba posteriormente e se for uma empresa que não tenha condições de continuar, a obra para. Começa a explanar sobre as obras em andamento citando a primeira que é a trilha de acesso a Pedra da Freira e do Jacaré. Informa que ficaram paradas por algum tempo e que já retornou e a previsão de entrega é para final de novembro. Acrescenta que as trilhas terão corrimão, bancos e lixeiras. Sobre o complexo turístico Mirante do Camaroeiro, explica que para esta obra o convênio foi firmado em várias fases, sendo que na primeira foi feita a terraplenagem, o platô, paisagismo e a segunda fase que foi a pavimentação da subida e a parte de cima e o teatro de arena (que já está pronto) foram feitos com verba do município. Informa que estava previsto para este espaço, a construção de um centro administrativo e que seria construído através de convênio junto a Caixa Econômica Federal e que por problemas burocráticos, essa verba não foi liberada, pois esta instituição não aceitou o título de propriedade da área e afirma que a Prefeitura futuramente irá licitar para construir com verbas próprias. Sr. Wilson comenta que é necessário providenciar segurança para este local e o Sr. Leandro afirma que já estão providenciando, pois infelizmente existem muitas depredações e vandalismo. Segue falando sobre a revitalização da Praça Diógenes Ribeiro de Lima e a Praça da Martin de Sá. Comenta que as duas obras estão no mesmo contrato e estão previstas para estarem prontas para início de dezembro. Segue explanando sobre a revitalização da trilha de acesso ao farol da prainha. Informa que estão com problemas nas licitações e aguardam um posicionamento do Tribunal de Contas. A Sra. Sandra pergunta sobre o teleférico e o Sr. Leandro informa que ele faz parte do projeto, apesar de não estar em andamento ainda, mas a ideia é construí-lo. Explica que independente do teleférico, o farol terá um acesso por um elevador funicular e também a trilha que já existe, será transformada em escadaria, que ligará a trilha da Pedra do Jacaré até o Farol. O Farol será um mirante também e contará com um espaço de exposições composto também com escadaria e elevador e do topo terá uma visão de 360°. Explica ainda que o DADE obrigou a acessibilidade no projeto do farol. Diz que para levar o material para a obra já terá que construir um transporte sobre trilho e esse mesmo trilho ficará para o elevador funicular. Passa a falar da reforma e ampliação do píer do Camaroeiro e que já foi emitida a ordem de serviço, porém a Marinha solicitou que



acrescentassem no projeto umas coordenadas geográficas. Diz que no projeto, o píer cresce mais 100 (cem) metros, formando dois T, com proteção de pedra, para com isso proteger as embarcações. Começa a falar sobre a implantação do portal do município, diz que teve a aprovação no Comtur, fizeram reuniões com DER e Nova Tamoio, sendo tudo aprovado por eles, fazendo até algumas modificações no projeto para adequar o fluxo de veículos. Após as autorizações, foram enviadas ao DADE que também autorizou, após isso licitou, emitiram a ordem de serviço, a empresa montou o canteiro de obras. Depois de tudo isso, um fiscal da Tamoios foi até o local da obra informando que não estava autorizada. Explica que entraram em contato para solucionar e foram informados que o engenheiro que participou de todo o trâmite não trabalha mais na Tamoios e que a pessoa agora responsável informou que não poderia permitir o início da obra sem a autorização da ARTESP. Mediante o acontecido, conversou com o Secretário de Turismo do Estado de São Paulo, solicitando ao mesmo uma solução junto a ARTESP. Informa que com a devida autorização da ARTESP, a obra poderá ser concluída em mais ou menos dois meses. A Sra. Sandra pergunta quando irão abrir uma PPP para o Mirante do Camaroeiro e o Sr. Leandro responde que foi feita uma PPP em 2019 e não houve interessados, porém com a conclusão da obra, estão surgindo empresas interessadas e a Sra. Maria Fernanda comenta que há um grupo de empresários de Caraguatatuba que procuraram informações sobre a possibilidade deles estarem explorando o local e o Sr. Leandro reforça que será aberta novamente uma PPP para esse intuito e que estarão providenciando também a construção do centro administrativo. A Sra. Sandra pergunta se o Comtur poderia opinar no projeto e o Sr. Leandro responde que a participação do Comtur é muito importante. Sr. Wilson comenta sobre a possibilidade de construção de um heliponto e o Sr. Leandro diz que a parte de cima do mirante possui 18.000m² e que com esta metragem a possibilidade para vários projetos. Sra. Sandra pergunta como estão as licitações e afirma que as verbas do DADE precisam ser aplicadas de forma correta, como tem sido aplicada e pergunta ainda como ficariam essas verbas destinadas a essas obras e se as mesmas poderiam ser usadas em outras obras ou terem outros destinos. O Sr. Leandro explica que toda verba do DADE precisa passar pelo Comtur da cidade, depois vai para o COC e em seguida para a aprovação do DADE, para poder dar continuidade. Explica que qualquer alteração que se tente fazer será necessário passar por todo o trâmite novamente. A Sra. Maria Fernanda diz que uma vez aprovado um projeto pelo Comtur não poderá ter mudanças e que independente de qualquer situação, não muda o que o Comtur já aprovou. O Sr. Leandro explica que caso aconteça



após licitar uma obra, sobrar algum valor, este terá que ser utilizado para os mesmos fins e no mesmo local. Sr. Wilson comenta sobre as perdas desse ano por conta da pandemia e que a preocupação com as obras se justifica, pois as mesmas estarão atraindo turistas para Caraguatatuba. O Sr. Leandro afirma que o pensamento do Prefeito é fomentar o turismo e para isso o intuito é fazer obras turísticas. A Sra. Sandra pergunta se existe alguma obra nova e o Sr. Leandro comenta que tem a do entroncamento do Rio Juqueriquere e que esta é uma das maiores e que não está sendo feito com verba do DADE. Explica que o entroncamento consiste em dois muros de pedra nas duas margens do rio, entrando um quilometro e trezentos para dentro do mar, esses dois muros terão 180 (cento e oitenta) metros de distância um do outro e no final fechando para 100 (cem) metros e o espaço do meio será dragado e com a própria força da água do rio esse canal se manterá limpo e assim manterá o calado (que é a profundidade) de um metro e quarenta. Afirma que essa obra é muito importante, pois principalmente os bairros do Morro do Algodão, Barranco Alto e Pereque Mirim, que sofrem com alagamentos estarão sendo beneficiados, bem como o turismo náutico da zona sul. Sr. Leandro encerra sua fala e se coloca a disposição. A Sra. Sandra passa para outro assunto em pauta que trata sobre o turismo de um dia e as fiscalizações e a Sra. Maria Fernanda faz a apresentação dos convidados Srs. Darlam e Alessandra do setor de transporte e são responsáveis pela fiscalização do transporte e turismo de um dia e o Sr. Reinaldo representando a Secretaria de Urbanismo. Ele é fiscal e veio falar sobre o que vem sendo fiscalizado. Comenta ainda que faz parte do grupo dos fiscais e sabe que todos têm trabalhado incansavelmente e diz ainda que por mais que tenham passado orientação, falta a conscientização da população. Segue informando que o turismo de um dia não será permitido até que se decreta o final da pandemia e que ônibus só serão autorizados a entrar mediante comprovação de hospedagem dos passageiros. Afirma que só receberão os ônibus à rede hoteleira devidamente regularizada e com cadastro no Cadastur. O Sr. Wilson sugeriu que as imobiliárias façam também uma fiscalização no sentido de fazer valer o protocolo do Estado e não venham muitas pessoas para um determinado imóvel e foi discutido que as imobiliárias têm a preocupação relacionado a isso e que o problema maior são as casas locadas direto com os proprietários e que muitas vezes acaba vindo muito mais pessoas do que o falado. A Sra. Maria Fernanda disse que o desejo é tributar as casas locadas para finais de semana e temporada e que foi feita uma pesquisa para saber se isso é possível. Diz ainda que existe uma brecha federal para se fazer uma reforma tributária e com isso poderá tributar esses imóveis. A Sra. Alessandra do setor de



transporte inicia falando sobre turismo e autorizações. Informa que é um embate bastante antigo, de como era feito e que foi com muitas discussões sobre a legalidade do tipo de transporte, porque isso reflete diretamente no tipo de turista que irá frequentar a cidade, que se trata de um turista com consciência ambiental entre outras. Afirma que para hoje entrar no município, a pessoa precisa apresentar não só o documento do veículo, como também mostrar que é licenciada para o trabalho de fretamento. Essa é a regra, mas continua sua fala, dizendo que infelizmente existem pessoas que querem burlar tais obrigatoriedades. Diz que em uma operação, 16 veículos fiscalizados, ditos regulares, foram gerados 17 autuações pela ARTESP. Segue dizendo que não é obrigação do município solicitar essa regularidade das pessoas que vem com seu veículo fretado, mas partindo do princípio que pode vir a acontecer um acidente no caminho ou dentro da cidade e que por isso seria acionado o serviço de saúde, torna-se viável essa obrigatoriedade da documentação comprovada. Passa a palavra para o Sr. Darlan que inicia explicando que tem dois momentos de fiscalização que são as operações da Prefeitura e demais órgãos do estado, que são: Estado, Artesp, MTU, Federal e MPT. Geralmente essas operações são realizadas aos finais de semana, a partir das quatro horas da manhã, com incidência maior aos domingos. Nessa abordagem é verificado emissão de nota do serviço prestado, condições do veículo e é feito uma fiscalização de pente fino. Afirma que já constatou veículo com licenciamento atrasado e ônibus sem condições nenhuma de trafegar. Afirma ainda que muitos ônibus e vans que são parados têm como destino outras cidades como Ubatuba e Parati. Sr. Wilson pergunta se no momento da fiscalização eles conseguem identificar para qual cidade aquele veículo está indo e a Sra. Alessandra responde que eles têm a autorização de cada município e o Sr. Reinaldo comenta que além dos pontos fixos tem também as fiscalizações que ocorrem através de denúncias. O Sr. Josinaldo pergunta se um veículo foi autuado e não havendo prerrogativa para apreensão do mesmo, como é nesse caso a conduta e a Sra. Maria Fernanda explica que se não ocorrer à apreensão através de CTB, pode ser feito através da polícia um boletim de ocorrência exigindo a alocação dessas pessoas para veículo devidamente documentado e regular e, além disso, eles precisam ter uma guia turístico acompanhando e que caso não tenha esse profissional cadastrado no Cadastur, o veículo é impedido de entrar no município e o Sr. Reinaldo comenta que caso isso aconteça e havendo disponibilidade, os agentes acompanham o veículo até a saída da cidade. A Sra. Alessandra comenta que nenhum estacionamento pode receber veículos não autorizados e caso isso aconteça o mesmo também será multado. Sr. Mario pergunta que em caso de um



ônibus estar de passagem e quiser parar para os ocupantes fazerem uma refeição, qual será a conduta. A Sra. Alessandra responde que o ônibus não poderá estacionar em via pública e que também existe autorização específica para esse fim. A Sra. Sandra elogia todo o trabalho de fiscalização que tem sido realizado e pergunta se há possibilidade de concurso público para contratação de mais fiscais, devido à demanda de veículos e o Sr. Reinaldo responde que a fiscalização tem sido feita com êxito e completa solicitando que todos deem retorno quanto à demanda e reforça que toda a fiscalização tem tido resultado positivo. A Sra. Maria Fernanda comenta que foi elaborada uma lei que determina a cobrança para todo tipo de veículo de turismo e que essa lei foi alterada por um vereador para cobrança apenas de veículos de turismo de um dia. Diz ainda que a praia Martin de Sá está desvalorizando e que investidores estão desistindo de investir nessa região e que é necessária a divulgação de outras praias de Caraguatatuba, fazendo com que comerciantes em modo geral possam obter seus lucros com os turistas. Ressalta a necessidade de parceria de Hotéis e Pousadas, Associação dos Quiosques no sentido de fazer denuncia quanto ao turismo de um dia irregular. A Sra. Sandra faz a sugestão em construir o terminal turístico, colocando o Comtur para administrar e o dinheiro arrecadado poderia ser utilizado para contratação de mão de obra na fiscalização e a Sra. Maria Fernanda diz que já existe um projeto para o terminal turístico. A Sra. Sandra segue elogiando novamente todo o trabalho que está sendo realizado pela fiscalização e aproveita para agradecer a presença dos conselheiros e deixa registrada sua insatisfação quanto à falta dos outros conselheiros e diz ainda que para 2021 (dois mil e vinte e um), terá um novo regimento e que espera que os novos membros sejam mais presentes. A Sra. Carmem diz que nesta data estão ausentes dez cadeiras entre elas, as Secretarias do Meio Ambiente, Educação, Esporte e Mobilidade, representando o poder público e uma cadeira da Associação Hotéis e Pousadas, uma da Associação Comercial, Surf, Creci, Táxi e Shopping da sociedade civil. Explica que a sociedade civil tem maior número de cadeiras, justamente para ter maior voz perante o poder público, mas infelizmente esses membros não estão comparecendo. Em virtude disso o mandato de todos será encerrado em setembro. Informa que já foram encaminhado ofício e memorando solicitando novas indicações. Comunica que já está preparando as alterações do regimento e diz que o mesmo ficará mais rígido, será por Decreto e o mesmo será apresentado ao novo conselho. Atendendo as solicitações feitas em reuniões do Comtur com relação às novas cadeiras, apresenta a nova composição do conselho para aprovação. A Sra. Maria Fernanda acrescenta que essa nova composição vem de encontro a uma política profissional do



turismo, montando assim um conselho mais técnico e com isso o Comtur tenha mais objetividade e maior alcance de ações do Comtur e Turismo. A Sra. Carmem passa a explicar a nova composição, que passará de 15 (quinze) cadeiras para 20 (vinte). Serão 8 (oito) do poder publico a saber: Secretarias: Turismo, Meio Ambiente Agricultura e Pesca, Esporte e Recreação, Comunicação Social, Mobilidade Urbana e Proteção ao Cidadão, Urbanismo, Fundacc e Parque Estadual Serra do Mar núcleo Caraguatatuba. A sociedade civil será composta com 12 membros sendo: 02 cadeiras da Associação Comercial, duas da Associação de Hotéis e Pousadas, uma da Associação dos Quiosques, uma da Associação do Surf, uma Associação de Taxistas, uma do Creci, uma do Shopping Serramar, uma do Caragua Praia Shopping, uma do Turismo de base comunitária e uma do Receptivo Turístico. Todos os membros presentes foram a favor da nova composição. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Sandra Abril encerra os trabalhos às 18h35min, lavrando a ata juntamente com Gláucia Costa Fernandes, que secretariou a reunião. Assim que lida e achada conforme, a ata há de ser assinada pelos conselheiros presentes.

Caraguatatuba, dezessete de setembro de dois mil e vinte.

Os presentes:

Sandra Abril;

Josinaldo Gomes da Silva;

Maria Fernanda Galter Reis;

Wilson de Oliveira;

Ricardo Jeremias Ferraz;

Mario Paulo Garcia.